

## **O LAZER DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL PAULISTA: UMA INVESTIGAÇÃO COMPARATIVA ENTRE OS GÊNEROS**

**Recebido em:** 02/06/2016

**Aceito em:** 20/12/2016

*Bruno Modesto Silvestre*  
*Silvia Cristina Franco Amaral*  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
Campinas – SP – Brasil

**RESUMO:** A pesquisa teve por objetivo investigar as diferenças existentes entre os gêneros no tempo de não trabalho e nas vivências de lazer de trabalhadores docentes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, realizado com 29 professores que atuam em escolas dessa rede de ensino na cidade de Campinas. Foi composto por análises de legislações que versam sobre o trabalho docente, no estudo sobre os usos do tempo dos voluntários na pesquisa e na realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicaram disparidades nas concretas manifestações do lazer das trabalhadoras docentes do gênero feminino, quando comparado ao gênero masculino, tanto pela menor quantidade de horas destinadas ao lazer, quanto pela qualidade e diversidade das vivências desse fenômeno.

**PALAVRAS CHAVE:** Atividades de Lazer. Trabalho. Docentes.

### **THE LEISURE TEACHERS OF SÃO PAULO PUBLIC SCHOOLS: A COMPARATIVE RESEARCH AMONG GENDER**

**ABSTRACT:** The objective of this research was to investigate the differences between the genders in non-labor time and leisure experiences among school teachers of the São Paulo State Secretary of Education. This is a qualitative study of exploratory character, accomplished within the cooperation of 29 teachers who work in schools at Campinas city. It consisted of analyzes of laws that deal with the teaching profession in the state of São Paulo, in the study of time use among the volunteers and carrying out semi-structured interviews. The results showed differences in the concrete manifestations of leisure of females compared to male teachers, so the least amount of hours devoted to leisure, as the quality and diversity of the experiences of this phenomenon.

**KEYWORDS:** Leisure Activities. Work. Faculty.

## **Introdução**

A pesquisa teve por objetivo investigar as diferenças existentes no tempo de não trabalho e nas vivências de lazer entre os trabalhadores docentes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP) dos gêneros feminino e masculino. Para tanto, analisamos a dinâmica de vida de 29 trabalhadores docentes – 17 do gênero feminino e 12 do gênero masculino –, que atuam como Professores de Educação Básica II em escolas da rede pública estadual de ensino na cidade de Campinas.

Compreendemos o lazer como uma das manifestações humanas que ocorre no tempo e no espaço de não trabalho, sendo parte integral do atual modelo de organização social. Ao mesmo tempo, concordamos com Mascarenhas (2003, p.97), que conceitua o lazer como um “[...] fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”.

Ao se investigar o tempo de não trabalho e o lazer de qualquer setor da classe trabalhadora é necessário, em nossa concepção, levar em consideração o tempo de trabalho e, sobretudo, as condições materiais às quais está submetida a categoria de trabalhadores em questão. Corroborando esse raciocínio, também é pertinente considerar as características que o mundo do trabalho assume na atualidade, já que, segundo Padilha (2012), a história do lazer está associada à história do trabalho, de modo que, trabalho e lazer formam um sistema em que o movimento de um afeta o movimento do outro.

Assim, a escolha por pesquisar as diferenças entre os gêneros expressas no tempo de não trabalho e no lazer dos professores que atuam no sistema público do Estado de São Paulo diz respeito a duas características que permeiam essa categoria

profissional: a composição de gênero e a (des)estruturação das condições de trabalho na rede estadual paulista.

Realizar um recorte de gênero é algo fundamental quando se pretende discutir a categoria dos trabalhadores docentes da rede estadual paulista, afinal, trata-se de uma categoria em que setenta e cinco por cento dos professores são do gênero feminino e vinte e cinco por cento são do gênero masculino<sup>1</sup>.

A segunda característica se concretiza como reflexo de uma série de (contra) reformas educacionais, implementadas a partir da década de 1990, que lograram a adequação dessa rede de ensino às políticas neoliberais<sup>2</sup>. Nesta perspectiva, o sistema escolar transforma-se em mercado e a educação passa a ser considerada um bem de consumo, limitando-se a uma mercadoria a ser comercializada (VENCO e RIGOLON, 2014).

Esse processo também acarreta a crescente precariedade das relações de trabalho no interior da escola que se expressa, dentre outros elementos, na quantidade de professores com regimes de trabalho não estável em atuação (SOUZA, 2013).

Pode-se dizer que os trabalhadores docentes do sistema público de educação no Estado de São Paulo formam, em vários aspectos, uma categoria profissional muito heterogênea, que tem em seus quadros funcionais cerca de duzentos e vinte mil professores, sendo, no atual momento, divididos em três diferentes grupos de professores: os *professores com estabilidade empregatícia*, composto pelos efetivos

---

<sup>1</sup> Departamento de Recursos Humanos – SEESP, 2015.

<sup>2</sup> Para Venco e Rigolon (2014), é a partir de 1995, durante o Governo Mario Covas, com o lançamento do Comunicado SE s/n., /95, que a educação no Estado de São Paulo passa a ter marcos acentuados de políticas com expressão neoliberal.

(Categoria A) e os com estabilidade adquirida (Categorias F, P e S); os *professores temporários* (Categoria O); e os *professores eventuais* (Categoria V)<sup>3</sup>.

Mas afinal, como se materializa o tempo de não trabalho e o lazer dos professores da SEESP dos gêneros feminino e masculino? Buscamos responder essa indagação analisando essas manifestações humanas como parte de uma totalidade, fruto de múltiplas determinações, permeada por contradições, disputas de hegemonia e de significados, em que, segundo Marx (2013), a consciência é determinada por meio da materialidade.

Após a delimitação do trajeto metodológico, o presente artigo se encontra estruturado em três seções: a primeira traz o debate sobre a divisão sexual do trabalho sob os marcos da reestruturação produtiva e busca, por meio dos conceitos das relações sociais de sexo e da precarização do trabalho, abrir caminho para a compreensão das especificidades do trabalho docente no Estado de São Paulo. A segunda seção apresenta a composição de gênero, as formas preponderantes de contratação dos trabalhadores docentes da SEESP e discute alguns dos elementos que influenciam a conformação de uma categoria majoritariamente feminina. Por fim, a terceira seção, ao levar em conta os debates anteriores, traça uma análise comparativa do tempo de não trabalho e do fenômeno do lazer entre os gêneros dos professores voluntários na pesquisa.

### **Trajeto Metodológico**

Este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório que, ao buscar investigar as diferenças existentes entre os gêneros no tempo de não trabalho e o lazer dos trabalhadores docentes da SEESP, se baseou na realização de

---

<sup>3</sup> Os professores com estabilidade adquirida, os professores temporários e os eventuais, são contratados nos termos da Lei nº 500/74 e pela Lei Complementar nº 1093/09.

entrevistas semiestruturadas condicionadas à aplicação da técnica de pesquisa sobre os usos do tempo e em análises de documentos que versam sobre o trabalho docente no estado de São Paulo.

Ao levar em conta as distintas realidades, tanto na dinâmica de trabalho, quanto em relação às diferenças salariais entre as carreiras docentes<sup>4</sup>, o trabalho de campo foi realizado em escolas de Ensino Fundamental ciclo II e Ensino Médio, ou seja, que tenham em seus quadros os Professores de Educação Básica II (PEBII)<sup>5</sup>, ministrantes de aulas do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

O contato inicial com os professores ocorreu, predominantemente, no ambiente de trabalho – o interior da escola – no período denominado Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), mediante autorização dos professores coordenadores. Os ATPCs ocorrem, ao menos, uma vez por semana em cada escola.

O número exato de voluntários na pesquisa não foi estabelecido previamente, mas sim, por meio do critério da saturação das entrevistas (MINAYO, 2009). Desse modo, após a constatação da reincidência de informações e de elementos considerados suficientes para responder os questionamentos iniciais, cumpriu-se um total de 29 entrevistas, 14 com docentes estáveis, 11 com docentes temporários e 4 com docentes eventuais. Como já mencionado, 17 são do gênero feminino e 12 do gênero masculino.

Após o envolvimento voluntário dos professores, a pesquisa foi organizada conforme o seguinte percurso: 1) foi iniciada com a aplicação da técnica de pesquisa que analisa os usos do tempo, na qual, cada professor ficou em posse de um diário, versão impressa ou online, por um período de quinze dias (cada diário também foi

---

<sup>4</sup> O plano de carreira para os integrantes do quadro do magistério da SESSP foi instituído pela Lei Complementar nº 836 de 1997 e alterado pela Lei Complementar nº 958 de 2004.

<sup>5</sup> Os professores especialistas, ou PEB II, são os formados, nos cursos de ensino superior, nas modalidades de licenciatura, ou seja, são os professores licenciados em educação física, português, matemática e demais disciplinas que compõem o currículo oficial do Estado de São Paulo.

composto por um questionário com perguntas socioeconômicas); 2) após o retorno do diário sobre os usos do tempo, os dados foram sistematizados e analisados; 3) de posse dessas informações, foram preparadas entrevistas semiestruturadas baseadas em uma base previamente elaborada, para cada trabalhador docente, objetivando adequar as questões das entrevistas para captar detalhadamente o tempo de não trabalho e o lazer dos mesmos.

A técnica de pesquisa que realiza a análise dos usos do tempo<sup>6</sup> (AGUIAR, 2011; BRUSCHINI, 2006; SZALAI, 1972) baseia-se na descrição das atividades desenvolvidas por uma população durante determinada parcela de tempo. Para esta pesquisa, os diários abarcaram o período de uma semana típica de trabalho mais o final de semana anterior ou subsequente. Nestes diários os trabalhadores docentes descreveram sua rotina ao longo de 24 horas, em intervalos de 15 minutos durante sete dias. Indicando, caso desenvolvessem mais de uma atividade ao mesmo tempo, qual a prioritária no momento.

As análises dos usos do tempo quando incorporadas aos estudos sobre o trabalho feminino no Brasil, cumpriram importante papel ao tornar visível o trabalho doméstico e outras atividades sem remuneração desempenhadas, prioritariamente, por esse gênero (BRUSCHINI, 2006). Tendo em vista, como já mencionado, que setenta e cinco por cento da categoria estudada é composta por mulheres e sendo a questão de gênero o enfoque principal deste artigo, os dados obtidos a partir dessa análise foram fundamentais para detalhar a quantidade de horas dispendidas pelo trabalho doméstico não remunerado de cada voluntário.

---

<sup>6</sup> No Brasil, esta técnica de pesquisa recebe o nome de “usos do tempo” (AGUIAR, 2012, 2011; RAMOS, 2009) ou “orçamento-tempo” (BRUSCHINI, 2006). Com a finalidade de padronizar a escrita, utilizaremos a expressão “usos do tempo”.

A elaboração de entrevistas com elementos singulares para cada professor possibilitou que os trabalhadores docentes refletissem sobre aspectos antes não observados da sua própria dinâmica de vida, tanto dentro, quanto fora do trabalho, assim como, permitiu captar, ao confrontarmos os dados da análise dos usos do tempo com os das próprias entrevistas, as contradições e elementos que corroboravam a dinâmica de vida dos voluntários na pesquisa.

A análise das entrevistas se iniciou durante a transcrição<sup>7</sup>, a qual realizamos por completo, e teve continuidade por meio de análises críticas que buscaram captar no discurso dos trabalhadores docentes os elementos da concretude do tempo de não trabalho e o fenômeno do lazer.

No processo de transcrição, optamos por manter as expressões e as construções linguísticas da maneira como foram verbalizadas pelos entrevistados. Ademais, para garantir o anonimato dos professores voluntários na pesquisa, cada qual teve seu nome substituído por uma numeração no momento da transcrição, mantendo apenas a marcação de gênero (fundamental para o desenvolvimento da pesquisa).

Importante frisar que a realização desta pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa e que, tanto a aplicação dos questionários quanto as entrevistas semiestruturadas foram realizadas mediante apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aceite do mesmo por parte dos sujeitos da pesquisa.

---

<sup>7</sup> Apesar do amplo trabalho e tempo dispostos para a transcrição das vinte e nove entrevistas, esta foi uma tarefa fundamental para a interpretação e análise das mesmas. Conforme afirma Queiroz, (1985, p.83): “Transcrever significa, assim, uma nova experiência da pesquisa, um novo passo em que todo o processamento dela é retomado, com seu envolvimento e emoções, o que leva aprofundar o significado de certos termos utilizados pelo informante [...] A transcrição efetuada pelo próprio pesquisador tem, também, o valor de uma primeira reflexão sua sobre a experiência de que partilhou”.

## **A Divisão Sexual do Trabalho sob os Marcos da Reestruturação Produtiva**

Há indícios da divisão sexual do trabalho desde a Antiguidade, tanto as mulheres escravas, quanto as mulheres livres tinham o espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela subsistência da vida humana. Nessas sociedades, para Engels (1980), o controle social do lar era de responsabilidade do gênero feminino, sendo considerada uma atividade social de extrema importância. Entretanto, com o surgimento da propriedade privada, essa situação se alterou e a direção do lar perdeu seu caráter social transformando-se em um serviço da esfera privada, pois foi necessária a afirmação da sociedade patriarcal e monogâmica como forma de controle da passagem da herança e dos bens materiais.

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, Engels (1980) aponta que a produção social foi aberta novamente aos trabalhadores, embora de modo excludente, já que a mulher, relegada aos deveres familiares, foi excluída do trabalho social e da condição de assalariada.

A divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2009), não deve ser compreendida como produto biológico, ela é uma forma de divisão do trabalho social, na qual mulheres e homens formam dois grupos engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo.

Como todas as relações sociais, tem uma base material, dada pelo trabalho, e se expressa, através da divisão sexual do trabalho entre os sexos, chamado, de forma mais concisa: divisão sexual do trabalho [...] tradicionalmente, [a divisão sexual do trabalho] confere uma designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva (KERGOAT, 2009 p. 67-68).

Para Hirata e Kergoat (2007), essa divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio da separação* que se manifesta na existência de trabalhos de

homens e trabalhos de mulheres e o *princípio hierárquico*, no qual o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher. A ideologia naturalista legitima esses princípios: “Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599). Segundo as autoras, esses princípios estão presentes em todas as sociedades, entretanto, isto não significa que a divisão sexual do trabalho não seja imutável, na verdade, ela é bem plástica, suas modalidades variam imensamente no tempo e no espaço. “O que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.600).

Desse modo, é essa plasticidade conferida à divisão sexual do trabalho que incorpora as mulheres, na era da acumulação flexível, em setores produtivos que antes não estavam inseridas. Entretanto, como nos mostra Hirata (2005), esse processo de mundialização do capital trouxe uma intensa precarização do trabalho, parte nos países centrais, mas principalmente nos países periféricos, ou seja, o processo de assalariamento das mulheres foi acompanhado de precarização e de vulnerabilidade.

Se por um lado o ingresso do trabalho feminino no espaço produtivo foi uma conquista da mulher, por outro lado permitiu que o capitalismo ampliasse a exploração da força de trabalho, intensificando-a através do universo do trabalho feminino (NOGUEIRA, 2004, p.13).

Vale ressaltar que sob a ótica da reestruturação produtiva, a divisão social do trabalho é utilizada ao mesclar os elementos de continuidade e descontinuidade do fordismo/taylorismo com o toyotismo. No interior de uma mesma empresa, segundo Antunes (2002) e Hirata (2005), é possível encontrar linhas de produção altamente informatizadas com trabalhadores polivalentes do gênero masculino, e ao mesmo

tempo, a clássica linha de montagem fordista, com extrema especialização por parte de trabalhadoras mulheres. “A divisão sexual do trabalho é, para as empresas, um motor possante de remodelar as novas formas de organização do trabalho sob o impulso da mundialização, mantendo formas de segregação e hierarquização existentes anteriormente” (HIRATA, 2005, p.09).

O atual modelo de produção utiliza-se de diversos mecanismos para capturar a subjetividade da “classe-que-vive do trabalho” e intensificar a sua exploração. Do ponto de vista ideológico, o discurso naturalista constrói a ideia de que determinadas formas de trabalho, principalmente aquelas ligadas à esfera da reprodução da vida humana, são inatas ao gênero feminino. Assim, o capital utiliza-se dessa construção social para que o trabalho doméstico seja mal remunerado, ou mesmo não o seja, e também, para que determinadas profissões ligadas ao cuidar sejam tidas como majoritariamente femininas.

Além disso, para Hirata (2005), a mundialização do capital também criou uma bipolarização dos empregos femininos, de um lado, as mulheres executivas e com vínculo a profissões tidas como intelectualmente superiores, como médicas, advogadas, juízas, entre outras, e, do outro, as já citadas profissões tradicionalmente femininas, entre elas as trabalhadoras domésticas e as professoras.

O crescimento do trabalho feminino, de acordo com Nogueira (2004), também é fruto da relação estabelecida com a lógica da flexibilização do trabalho e do neoliberalismo, por exemplo, o trabalho terceirizado exercido por mulheres frequentemente possibilita que as tarefas domésticas sejam realizadas no domicílio, concretizando o trabalho produtivo no espaço doméstico.

Em suma, compreender a inserção da mulher no mercado de trabalho a partir dos conceitos de relações sociais de sexo e da precarização do trabalho, colabora para o

entendimento das relações de trabalho e gênero, assim como, para a apreensão das especificidades do trabalho docente.

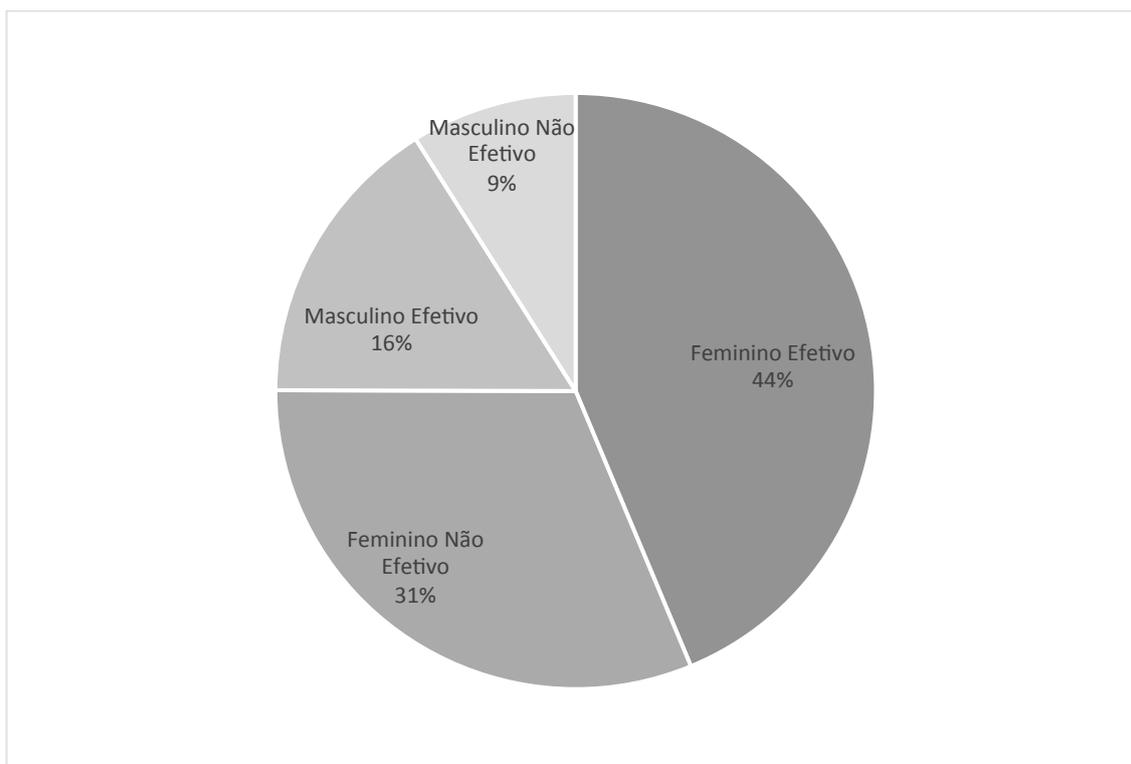
### **A Precarização do Trabalho Docente tem Gênero**

Ao se discutir que as mulheres, sob o marco da reestruturação produtiva, se inserem nos postos de trabalho mais precarizados, a configuração de gênero dos professores da SEESP é emblemática, afinal, além do número total de docentes do gênero feminino ser expressivamente maior, a proporção das mulheres docentes não efetivas é maior do que a totalidade dos docentes do gênero masculino como mostra o (GRÁFICO 1). Desse modo, para se analisar o tempo de não trabalho e o lazer desta categoria, também se faz importante considerar as distintas formas de contratação, os professores efetivos e não efetivos, ou mesmo, como discutimos em alguns momentos, os professores estáveis e os professores intermitentes<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A categoria dos efetivos (categoria A) é formada pelos professores convocados via aprovação em concursos públicos; a categoria dos não efetivos é formada pelas demais categorias docentes apresentadas na introdução. Quando nos referimos aos “professores estáveis”, englobamos os professores efetivos mais os professores com estabilidade adquirida. Quando utilizamos a expressão “professores intermitentes”, estamos nos referindo aos professores temporários (categoria O) e os professores eventuais (categoria V).

**Gráfico 1 – Porcentagem das formas de contratação e gênero (2015)**



Fonte: Cadastro funcional da educação 2015 – SEESP. Elaboração própria

A análise das entrevistas, mais especificamente o questionamento sobre os motivos pelos quais os voluntários da pesquisa escolheram a profissão de professor, aponta indícios que contribuem na compreensão da presente configuração de gênero dos docentes da SEESP<sup>9</sup>. Além disso, traz elementos imprescindíveis para a discussão sobre o tempo de não trabalho e o lazer da categoria em questão.

As imposições da ideologia naturalista (HIRATA e KERGOAT, 2007) atribuem determinados destinos e papéis sociais aos seres humanos. Para essa concepção, o ato de cuidar, parte importante da profissão docente, principalmente nos anos iniciais, é visto como algo inerente à mulher, requerendo pouca ou nenhuma qualificação.

<sup>9</sup> Para uma análise histórica de como a categoria docente se constituiu majoritariamente pelo gênero feminino, ver Apple (2013) e Caetano e Neves (2009).

É possível verificar decorrências dessa ideologia na concepção expressa pelas professoras durante as entrevistas. Vide o relato abaixo:

Eu gostava muito dos meus professores né[...] Eu achava bonito mesmo a profissão, gostava. Era criança, eu brincava muito de lecionar sabe? Com as bonecas, com os priminhos, a gente se unia... Então, eu gostava muito e isso fez com que eu entrasse na profissão (Professora 16, 27 de set. de 2015).

Vamos de encontro à concepção naturalista, afinal, os papéis delimitados aos gêneros são frutos de construções sociais que permeiam a vida humana desde o momento do nascimento, infância, período escolar, até a vida adulta, além das relações no mundo do trabalho, não trabalho, lazer. Desse modo, se as mulheres no sistema de metabolismo social do capital apresentam qualificações esperadas ao magistério, é porque desde a infância são ensinadas a isso.

Sob a hegemonia de concepções naturalistas, os conhecimentos relacionados à docência são pouco valorizados socialmente, sendo uma das decorrências diretas desse processo a baixa remuneração do trabalho do professor, principalmente nos anos iniciais. Bruschini e Amado (2013) corroboram essa argumentação e afirmam que a ideologia que alega (erroneamente) que os salários femininos podem ser inferiores aos masculinos, devido ao seu caráter secundário ou complementar, ajuda a reforçar a tese de que o magistério é um profissão ideal para as mulheres.

Pode-se observar abaixo que na rede pública do Estado de São Paulo, apesar de todos os ciclos de ensino exigirem nível superior, a remuneração por hora/aula dos docentes do ciclo I é menor em relação aos que atuam no ciclo II e ensino médio.

**Quadro 1 – Salário Base PEB I e PEB II em Junho de 2014**

| <b>Classe</b> | <b>Hora/Aula</b> |
|---------------|------------------|
| <b>PEB I</b>  | R\$ 10,43        |
| <b>PEB II</b> | R\$ 12,08        |

Fonte: APEOESP<sup>10</sup>

Vale destacar, que o perfil socioeconômico de quem busca o magistério nos últimos anos se alterou: atualmente, a maioria das trabalhadoras docentes estão concentradas nas camadas de origem social de menor renda e escolaridade (GATTI, 2009).

Entre as professoras do gênero feminino, independente da forma de contratação, observamos dois grupos: o primeiro, em que a renda oriunda do trabalho docente se constitui como fundamental para a manutenção da vida, e, o segundo, em que a renda do trabalho docente se caracteriza como complementar.

Para as professoras em que a remuneração oriunda do magistério é fundamental para o sustento individual ou de toda a família<sup>11</sup>, o trabalho docente se configurou como uma perspectiva de autonomia e até mesmo de emancipação. Nesse caso, cursar o ensino superior mostrou-se como a possibilidade de ascensão econômica.

Eu não conseguia entender muito bem o que era ser professor, mas na verdade, eu sempre falo que não escolhi, eu fui escolhida na verdade. Eu precisava fazer uma faculdade e era o que eu conseguia pagar [...] A partir daí eu comecei a gostar (Professora 03, 22 de set. de 2015)

<sup>10</sup> Sindicato dos Professores Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

<sup>11</sup> Constatou-se que entre as professoras em que a renda é fundamental para a manutenção da família, estas são as primeiras pessoas a cursar ensino superior no extrato familiar, ou, em relação ao cônjuge, apenas elas têm o ensino superior completo.

Entre as trabalhadoras em que o salário se constitui como complementar para a composição da renda familiar, a busca por autonomia financeira e emancipação, apesar de não ser inexistente, não são expectativas postas em primeiro plano quando se trata das motivações relativas ao exercício do magistério.

De todo modo, ambos os grupos – *renda como quesito fundamental e renda complementar* para a sobrevivência – encontram no magistério, em maior ou menor grau, jornadas de trabalho que possibilitam o trabalho doméstico e também permitem alinhar o trabalho com o turno escolar dos filhos (principal aspecto levantado por mães professoras).

Ou seja, observamos que o fator de aglutinação para a escolha e a permanência na carreira docente por parte do gênero feminino encontra-se na possibilidade de combinar o exercício do magistério com o trabalho doméstico não remunerado e com cuidado dos filhos – justamente um dos pontos de discussão da próxima seção deste artigo.

É, geralmente fica mais pra mulher né [...] a responsabilidade maior fica pra mim, e eu não tenho ninguém pra me “ajudar”, é a gente mesmo que faz os trabalhos. Esse ano eu estou com as aulas concentradas de manhã, o bom é que dá pra dar mais atenção pro meu filho (Professora 19, 03 de set. de 2015).

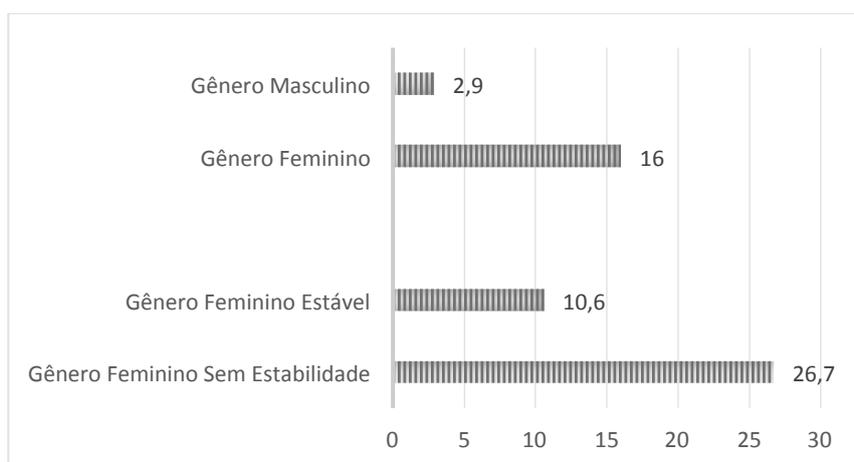
Em síntese, é possível apreender que a carreira docente se constitui majoritariamente feminina tanto pela construção histórica de uma sociedade patriarcal, como também, pelas características assumidas pelo trabalho feminino a partir das transformações no mundo do trabalho.

## Reflexos da Divisão Sexual do Trabalho no Tempo de Não Trabalho e no lazer dos Docentes da SEESP

Nesta seção do artigo, buscamos analisar e comparar o tempo de não trabalho e o fenômeno do lazer entre os gêneros dos professores que atuam na rede estadual paulista. Ao considerarmos que parte expressiva da categoria investigada é composta por regimes de trabalho intermitentes também pontuaremos os reflexos das distintas formas de contratação sobre o tempo de não trabalho e o lazer desses professores.

A questão de gênero é central, pois além dos elementos explanados anteriormente, averiguamos que o tempo de não trabalho e o lazer das professoras é altamente influenciado pela divisão sexual do trabalho.

**Gráfico 2 – Média das horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico**



Fonte: Dados da Pesquisa<sup>12</sup>

Dentre todas as obrigações externas à jornada de trabalho, a que ocupa parcela considerável do tempo de não trabalho, decerto é o trabalho doméstico não remunerado.

<sup>12</sup> Os dados mostrados no Gráfico 2 foram sistematizados levando em conta 15 trabalhadoras do gênero feminino, 8 estáveis e 7 intermitentes, e 9 trabalhadores do gênero masculino, totalizando 24 professores. Não utilizamos os dados referentes ao trabalho doméstico não remunerado dos professores que moram sozinhos ou com a família de origem (5 professores). Os professores que moram sozinhos afirmaram serem os responsáveis pela totalidade do trabalho doméstico, já os professores que residem com a família de origem, afirmaram que a principal responsabilidade do trabalho doméstico é dividida com alguma figura do gênero feminino (mães e avós). Vale ressaltar, que dentre os professores utilizados nesta análise, 2 trabalhadoras e 1 trabalhador afirmaram que contratam trabalhadoras domésticas.

Nesse sentido, como podemos ver no Gráfico 2, torna-se patente afirmar que as mulheres trabalhadoras docentes realizam mais trabalho doméstico do que os trabalhadores docentes do gênero masculino. Destarte, constatamos diferenças substanciais na quantidade de horas de trabalho doméstico não remunerado entre as trabalhadoras estáveis e as trabalhadoras intermitentes<sup>13</sup>.

As entrevistas e a análise dos usos do tempo deixaram indícios de que a maior quantidade de horas de trabalho doméstico não remunerado entre as professoras intermitentes é decorrência da menor jornada de trabalho. Por outro lado, no caso das professoras estáveis com jornada menor, também se observou um aumento do tempo de trabalho doméstico não remunerado.

Independente do vínculo empregatício, a quantidade de trabalho doméstico realizado pelas professoras tem relação direta com o tempo de trabalho na escola, ou seja, o tempo de trabalho doméstico é inversamente proporcional à duração da jornada de trabalho formal. Desse modo, é factível afirmar que a quantidade total de horas de trabalho (trabalho formal mais trabalho doméstico) entre professoras estáveis e intermitentes é semelhante.

É possível chegar a uma constatação similar quando se quantifica a média das horas de trabalho semanal em cada gênero. Entre os trabalhadores docentes pesquisados, os do gênero masculino trabalham em média 49,3 horas por semana, enquanto os do gênero feminino trabalham em média 44,5 horas por semana. Todavia, entre as mulheres, os horários fora da escola, ou seja, de não trabalho formal, são ocupados com o trabalho doméstico não remunerado e pelos demais aspectos do cuidado com a reprodução da vida humana.

---

<sup>13</sup> Não apresentamos a diferenciação do tempo de trabalho doméstico entre os professores estáveis e intermitentes do gênero masculino, pois não encontramos diferenças substanciais.

Chegamos a essas quantidades de horas por meio da análise dos diários sobre os usos do tempo, vale destacar que encontramos discrepâncias entre a análise dos resultados dessa técnica de pesquisa e os discursos presentes nas entrevistas.

Ambos os gêneros – com exceção de poucas professoras –, quando questionados sobre a quem recai a obrigação do trabalho doméstico, apresentaram no conteúdo da resposta a argumentação de que este é igualmente dividido entre os familiares, companheiros ou filhos. Todavia, como vimos, entre o gênero masculino, as horas de trabalho doméstico são poucas quando comparadas ao gênero feminino.

Essa constatação corrobora a argumentação de Bruschini (2006) em relação à técnica de pesquisa sobre usos do tempo como um importante instrumento de pesquisa para apreender e desmistificar a realidade do trabalho doméstico entre diferentes setores da classe trabalhadora.

Quando apresentamos aos voluntários da pesquisa as horas de trabalho doméstico sistematizadas ao longo de uma semana, pudemos captar mais elementos dessa dinâmica de trabalho não remunerado. Vide o exemplo de uma das professoras que inicialmente explanou que o trabalho era dividido entre todos.

Na verdade, como de manhã eu tenho mais horários livres, então eu já deixo tudo organizado, então, levanto pela manhã, preparo, ligo o café, depois vem o almoço, preparo aula, essas coisas né, tudo organizando o tempo (Professora 23, 03 de nov. de 2015).

Se, de acordo com Kergoat (2009), na sociedade patriarcal o cuidado e as tarefas relacionadas à reprodução da vida humana são responsabilidade da mulher, ressaltamos que os cuidados com os filhos também impactam o tempo de não trabalho e o lazer das mulheres.

Observamos entre os professores que têm filhos, em ambos os gêneros, que parcela considerável do lazer é influenciado por esse fato, de modo que as práticas de lazer dos pais são realizadas tendo em vista contemplar os filhos.

Como a gente tem filho, geralmente, as atividades, seu lazer, é tudo em volta, por causa da criança então, geralmente, você leva pra parque, é filmes infantis, geralmente tudo assim né, Mas, é isso, levar criança pra parque, às vezes, passeio em shopping né, livro infantil (Professora 19. 03 de nov. de 2015).

Por conseguinte, há o mesmo desnivelamento entre o discurso das entrevistas e os dados sistematizados dos usos do tempo encontrados no trabalho doméstico, ou seja, impreterivelmente as mulheres assumem a principal tarefa relacionada aos cuidados com os filhos.

Dessa forma, podemos afirmar que, além da maior quantidade de horas trabalhadas (trabalho remunerado, trabalho doméstico não remunerado e cuidados com os filhos) e, por consequência, menor parcela de tempo de não trabalho, o fenômeno do lazer entre as trabalhadoras docentes é duplamente impactado.

O primeiro impacto é relativo à quantidade de horas destinadas ao lazer. Se a totalidade dos trabalhadores docentes declarou dedicar, em média, 18,7 horas semanais ao lazer, quando comparamos os gêneros, observamos que as mulheres destinaram em média 16,9 horas semanais, enquanto os homens 20,5 horas para essa atividade.

Essa característica, apesar de importante, não é a única diferença entre os gêneros no tempo de não trabalho e em suas concretas práticas e vivências de lazer, o segundo impacto diz respeito à qualidade dessa fruição, ponto em que centraremos a discussão a partir de agora.

Ao apresentarmos as diferenças no fenômeno do lazer entre os gêneros dos professores da SEESP, há duas constatações que merecem destaque: a primeira delas é que há um grupo com excessiva jornada de trabalho<sup>14</sup>, independente da forma de contratação e gênero, que afirma vivenciar atividades de lazer em uma parcela de tempo extremamente reduzida, ou mesmo não ter lazer; a segunda constatação, manifestada em praticamente a totalidade das entrevistas, diz respeito à maneira sucinta com a qual os professores discorreram sobre suas práticas e vivências de lazer.

Importante ressaltar que essa última constatação generalizou-se independentemente do local da entrevista ser interno ou externo à escola, da forma de contratação (estáveis ou intermitentes), do gênero, da ordem das questões e mesmo da abordagem. A conversa sobre as concretudes do trabalho sempre tomou a maior parcela do tempo e se desenvolveu com maior prontidão do que as questões relativas às vivências de lazer.

Dentro da noção de que o trabalho permeia diversas dimensões da vida do professor, foi possível observar que parte das vivências de lazer dos voluntários na pesquisa são tangenciadas pela profissão. Nesse sentido, o quadro abaixo demonstra que uma parcela importante dos professores investigados, com maior ou menor frequência, afirmaram já terem realizado o direcionamento das atividades de lazer tendo em vista a carreira docente.

#### **Quadro 2 – Síntese das questões relativas à escolha de atividades de lazer**

| <b>Conteúdo</b>  | <b>Afirmações Positivas</b> |
|--|-----------------------------|
| Escolhe filmes que possam ter relação com seu trabalho     | <b>19</b> de 29 Professores |
| Opta por livros que têm relação com a sua carreira docente | <b>26</b> de 29 Professores |
| Baseia a leitura de revistas e jornais tendo em vista a    | <b>27</b> de 29 Professores |

<sup>14</sup> Consideramos aqui como jornada excessiva, a de qualquer trabalhador docente que exercesse acima de 44 horas semanais de trabalho.

|           |  |
|-----------|--|
| profissão |  |
|-----------|--|

Fonte: Dados da Pesquisa

Todavia, não se pode afirmar que a totalidade das vivências de lazer dos professores está relacionada à sua prática pedagógica. Pelo contrário, sendo fiéis à tese de que o lazer é perpassado por relações de hegemonia e fruto de múltiplas determinações, decerto que as práticas de lazer não são homogêneas.

Nesse sentido, produzimos uma nuvem de palavras para demonstrar, comparativamente entre os gêneros, as vivências de lazer relatadas pelos professores. Nesta nuvem, o tamanho das palavras serve para expressar a frequência das atividades, ou seja, quanto mais horas semanais dedicadas a uma prática de lazer, maior a dimensão da palavra utilizada na expressão linguística que a sintetiza.

**Figura 1 – Nuvem de palavras comparativa entre os gêneros**



Fonte: Dados da Pesquisa<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Para a elaboração da nuvem de palavras levamos em conta as atividades descritas nos diários sobre os usos do tempo confrontadas com as entrevistas semiestruturadas. Desse modo, criamos categorias de atividades que contemplassem os diferentes relatos das concretas manifestações do lazer entre os trabalhadores docentes.

Apesar de não buscarmos uma quantificação exata das horas destinadas a cada atividade de lazer, mas sim, uma comparação qualitativa entre os docentes de ambos os gêneros, a organização em nuvem de palavras, com destaque para as atividades de maior incidência, colabora para a apreensão das diferenças nas concretas manifestações das vivências de lazer entre os pesquisados.

Nesse sentido, é possível identificar, apesar da predominância dos chamados interesses virtuais do lazer (SCHWARTZ, 2003), elementos que indicam disparidades no tempo e no espaço das vivências de lazer entre os gêneros.

As atividades de lazer relatadas pelo gênero feminino ocorrem prioritariamente no tempo e espaço do ambiente privado, enquanto o lazer do gênero masculino é vivenciado com maior regularidade em espaços externos ao ambiente doméstico.

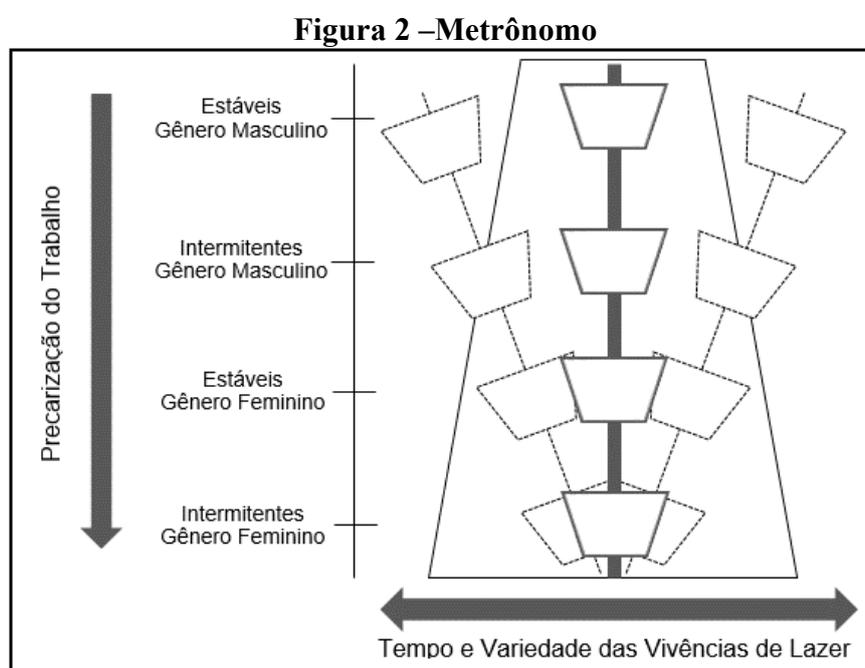
Vale também frisar, o acentuado grau de desequilíbrio no que tange as práticas corporais, ou os chamados interesses físicos do lazer (DUMAZEDIER, 1980). Entre o gênero masculino é perceptível uma maior gama e tempo destinado às práticas corporais, entre elas: jogar futebol; artes marciais; academia e natação. Já entre as mulheres, identificamos apenas as práticas de caminhadas e academias de musculação.

Além das disparidades entre os gêneros expressas nas vivências de lazer, foi possível aferir que, entre os professores do mesmo gênero, também há uma acentuada discrepância no tempo e nas vivências de lazer.

Como apontado anteriormente, trabalho e lazer formam um sistema em que o movimento de um afeta o movimento do outro (PADILHA, 2012). Desse modo, se dentro de uma mesma categoria profissional, encontramos distintas formas de contratações, é possível considerar que diferentes condições de trabalho podem influenciar em diferentes vivências de lazer.

Nesse sentido, observamos que os professores com regime de trabalho intermitente são os que apresentam menor parcela de tempo destinada ao lazer, assim como, os que os vivenciam um conjunto menor de atividades.

Para evidenciar essa aferição e relacioná-la com o recorte de gênero aqui discutido, apresentamos abaixo um modelo baseado em um metrônomo<sup>16</sup>, cujo eixo central representa o grau de precariedade do trabalho e as quatro divisões representam os gêneros com as formas de contrato de trabalho (professores estáveis e intermitentes).



Fonte: Elaboração própria

A intenção desse modelo é demonstrar que quanto mais próximo à base do instrumento, menor o tempo destinado ao lazer, assim como, a variedade das vivências desse fenômeno. De maneira inversa, quanto mais próximo ao topo, maior o tempo e a variedade das vivências de lazer.

<sup>16</sup> O metrônomo consiste em um pêndulo cujas oscilações, reguladas pela distância de um peso que se move no eixo central, produzem pulsos de duração regular. Quando o peso se encontra mais próximo à base, o tempo de duração do pulso emitido pelo instrumento é menor, assim como, amplitude de movimento do pêndulo.

O processo de precarização do trabalho que permeia a realidade dos trabalhadores docentes da SEESP, traz reflexos para o tempo de não trabalho e o lazer da categoria como um todo, todavia, esses reflexos se manifestam, sobretudo, no tempo de não trabalho e nas vivências do fenômeno lazer do gênero feminino que, independente da forma de contratação, se localiza na base do modelo apresentado.

Enfim, ao se investigar o tempo de não trabalho e as vivências de lazer dos trabalhadores docentes da SEESP, é possível identificar disparidades significativas entre os gêneros. Essas disparidades se originam da própria divisão sexual do trabalho, que confere, historicamente, uma designação prioritária do gênero masculino à esfera produtiva e do gênero feminino à reprodutiva. Como parte deste processo, as mulheres trabalhadoras docentes, além do menor período de tempo destinado ao lazer, vivenciam uma gama menor de atividades, tendo como característica marcante, vivências de lazer alocadas no tempo e no espaço doméstico.

### **Considerações Finais**

Nesta pesquisa, buscamos investigar as diferenças existentes entre os gêneros no tempo de não trabalho e no lazer de trabalhadores docentes da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEESP).

O uso combinado do diário sobre os usos do tempo com as entrevistas semiestruturadas possibilitou o entendimento das contradições inerentes à vida cotidiana de cada professor voluntário na pesquisa, por conseguinte, permitiu investigar em profundidade o tempo de não trabalho e o lazer de ambos os gêneros.

Desse modo, evidenciamos que o fato das mulheres serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado, assim como, pelo cuidado com

os filhos, deixa ainda mais diminuta a parcela do tempo de não trabalho. O que significa, efetivamente, que as professoras do gênero feminino apresentam maior carga de trabalho semanal.

Sendo o lazer uma das manifestações humanas que ocorre no tempo e no espaço de não trabalho, o fato das professoras investigadas terem maior carga de trabalho, quando comparadas aos professores do gênero masculino, por si só já traria impacto às vivências de lazer. Todavia, as diferenças no lazer entre os gêneros não se restringiram a essa constatação.

Ao cotejarmos o fenômeno do lazer entre os professores, foi evidente que, além da menor parcela de tempo, as atividades de lazer relatadas pelo gênero feminino ocorrem prioritariamente no tempo e espaço do ambiente privado, enquanto o lazer do gênero masculino é vivenciado com maior regularidade em espaços externos ao ambiente doméstico.

Ademais, ao sermos fieis à tese de que trabalho e lazer formam um sistema em que as movimentações de um interferem no outro, constatamos que as condições precárias de trabalho vivenciadas pelos professores da SEESP reverberam no tempo e nas vivências de lazer.

Com a finalidade de demonstrar essa constatação, propusemos um modelo baseado em um metrônomo, no qual a amplitude de movimento e o local do eixo central em que o peso está posicionado, correspondem ao tempo e a variedade das vivências de lazer.

Por fim, este modelo demonstra que, independente da forma de contratação e do grau de precarização do trabalho docente, o gênero feminino destina menos tempo e vivencia menos práticas de lazer quando comparado os gênero masculino.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. **Revista econômica**, v. 12, n. 1, 2012.

\_\_\_\_\_. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. **Revista de ciências sociais-política & trabalho**, v. 34, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

APPLE, Michael W. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**, n. 60, p. 3-14, 2013.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista brasileira de estudos populacionais**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de pesquisa**, n. 64, p. 4-13, 2013.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. Relações de gênero e precarização do trabalho docente. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 33e, 2009.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: Sesc, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 1980.

GATTI, Bernardete. **A atratividade da carreira docente no Brasil**. Fundação Victor Civita, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Mundialização trabalho e gênero. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PESQUISADORES EM COOPERAÇÃO CIENTÍFICA – FAPESP e CNRS. 1, São Paulo. Comunicação apresentada. **Qual o sentido da modernização do trabalho?** Tradução: Selma Venco, São Paulo: 2005.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena, *et. al.* (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**. Goiânia: Editora UFG, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1 – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização do mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

PADILHA, Valquíria. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações da técnica de gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1985.

RAMOS, Daniela Peixoto. Pesquisas de uso do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista estudos feministas**, v. 17, n. 3, p. 861-70, 2009.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.093**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2009/lei.complementar-1093-16.07.2009.html>. Acesso em: 05 out. 2016

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 958**, de 13 de setembro 2004. Altera a [Lei Complementar n. 836, de 30 de dezembro de 1997](#), que institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2004/lei.complementar-958-13.09.2004.html>. Acesso em 16 de nov. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 500**, de 13 de novembro de 1974. Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/lei-500-13.11.1974.html>. Acesso em: 15 out. 2015.

SOUZA, Aparecida Neri de. Professores, modernização e precarização. ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 217-227.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual: contemporizando Dumazedier. **Licere**. Belo Horizonte, v.2, n.6, p.23-31, 2003.

SZALAI, A. **The use of time: daily activities of urban and suburban populations in twelve countries**. The Hague: Paris, Mouton & Co. 1972.

VENCO, Selma; RIGOLON, Walkiria. Trabalho docente e precariedade: contornos recentes da política educacional paulista. **Comunicações**, Piracicaba, v. 21, n. 2, p. 41-52, jul-dez. 2014.

**Endereço dos Autores:**

Bruno Modesto Silvestre  
Departamento de Educação Física e Humanidades  
Faculdade de Educação Física, Caixa Postal 6134  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
R. Érico Veríssimo n. 701 – Cidade Universitária  
Campinas – SP – 13.083-851  
Endereço Eletrônico: modesto.b@gmail.com

Silvia Cristina Franco Amaral  
Departamento de Educação Física e Humanidades  
Faculdade de Educação Física, Caixa Postal 6134  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
R. Érico Veríssimo n. 701 – Cidade Universitária  
Campinas – SP – 13.083-851  
Endereço Eletrônico: scfa@fef.unicamp.br